

Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII

ANA PAULA PEREIRA COSTA*

O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação do que denominamos de “milícias particulares” de escravos armados montadas por poderosos locais estabelecidos na comarca de Vila Rica entre os anos de 1711 a 1750. Mais especificamente, por um lado, pretendemos investigar o que possibilitava a estes potentados colocar armas nas mãos de seus escravos e os levarem em diligências de prestação de serviços à Coroa portuguesa visando mercês régias que reafirmariam seu status de homem poderoso, sem temores, ao menos graves, de retaliações. Por outro lado, procuraremos destacar também que tipos de benefícios e ganhos os escravos podiam adquirir com estas interações.

Sabe-se que na sociedade colonial o escravismo articulava as relações sociais¹. O investimento em escravos por parte dos coloniais era recorrente, não só porque era uma mercadoria acessível em termos econômicos, mas porque, como bem demonstrou Mary Karasch, os cativos exerciam muitas funções para seus senhores além de trabalhar. Podiam atuar, por exemplo, como um pequeno exército para proteger seus senhores nas rixas e conflitos em que se envolviam², bem como poderiam ser usados nos serviços *Del Rey* como braço armado para aquisição de mercês por parte de seus senhores.

Desde o alvorecer da colonização das Minas Gerais era comum que os poderosos locais agregassem em torno de si em séqüito de escravos armados para deles se utilizarem em suas diligências, sejam estas em prol da Coroa, seja em desmandos e contendas pessoais. Muitos contemporâneos destes anos iniciais da formação da sociedade mineira deixaram relatos que retratavam esse cenário, muitas vezes de forma pejorativa.

* Doutora em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Pós-doutoranda UFRJ/FAPERJ.

¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das letras, 2006. p. 58.

² KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 260.

Na “Relação do princípio do descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam do seu princípio até o tempo em que veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira” o fenômeno do armamento dos escravos é descrito como algo que proporcionava respeito e vantagem para certos grupos, mas que também indicava audácia e violências³. Segundo o autor da Relação: “naquele tempo quem tinha de 20 a 30 escravos era respeitado pelos seus companheiros, sobretudo os paulistas que gostavam de exhibir suas armas como fastos indicantes de suas dissimuladas proezas”⁴. Tanto que um renomado potentado paulista que habitava a capitania neste período, Jerônimo Pedroso de Barros, tinha a alcunha de ‘Jerônimo Poderoso’ “por ter este também bastante escravos, saindo sempre com sua gente que se lhe tinha agregado a ele, todos armados”⁵. Neste sentido não há como negar que o acesso a grande número de cativos fazia parte da caracterização de alguém como poderoso. Desta forma, a posse de numerosa escravaria foi fundamental na definição de um indivíduo como elite e/ou poderoso não só porque a quantidade de escravos, juntamente com a posse de terras, ajudava na definição do lugar social, mas também porque a posse destes mesmos escravos era essencial para dinamizar e por em prática um mecanismo essencial de afirmação desta elite/poderosos: a prestação de serviços a Coroa. Para além disso, possuir muitos escravos era essencial também porque indicava a legitimidade e o poder de mando destes indivíduos.

Por tal razão é que pretendemos analisar alguns elementos destas redes de dependências recíprocas, que envolviam negociações e conflitos, tecidas entre os *principais* ou poderosos da localidade com seus escravos. Destacaremos que os atores em questão buscavam maximizar seus ganhos, isto é, buscavam melhorar a posição detida no interior do sistema social em que se inseriam pela adoção de estratégias que visavam o aumento da capacidade de controle dos recursos que lhes estavam disponíveis, através da gestão de relações interindividuais⁶. No caso dos *principais* a tentativa se voltava para a fixação de suas identidades como poderosos e

³ RAPOSO, Luciano & CAMPOS, Maria Verônica. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol. I e II, 1999. p. 194-202.

⁴ *Idem*, p. 197.

⁵ *Idem*.

⁶ CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhorias e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000. p. 96.

consequentemente a aquisição de poder de mando e legitimidade social. Já para os cativos talvez o maior ganho que poderiam conseguir seriam melhoras nas suas condições de vida visualizadas neste trabalho a partir da possibilidade de formação de famílias escravas nos plantéis.

A mobilização de escravos armados no governo e manutenção da ordem nas conquistas

A idéia de senhores armarem seus escravos para deles se utilizar como um “exército privado” pode a princípio parecer-nos muito contraditória. Tradicionalmente a imagem que se construiu acerca dos escravos foi a do “inimigo doméstico”, ou a da mercadoria preciosa sob a qual o senhor poderia exercer total domínio, ou a de seres traiçoeiros sempre prontos a se rebelarem contra seus donos. Sendo assim, porque seus senhores supririam esses “inimigos” com armas? Como bem lembrou David Brion Davis, podemos fazer uma analogia deste argumento com uma realidade atual, ao pensarmos que armar escravos seria algo similar a fornecer armas e granadas aos condenados das penitenciárias de segurança máxima⁷.

Levando em consideração os vários relatos empíricos que mostram a presença de escravos armados lutando ao lado e às vezes, defendendo seus senhores, uma importante questão a ser considerada é: porque alguns escravos escolheriam lutar pelos seus donos? A compreensão dessa questão de como e porque agiam esses escravos armados é fundamental para apreendermos o funcionamento da instituição humana mais degradante de toda a história⁸.

Estudos recentes sugerem que usar escravos armados, seja em exércitos “formais” seja em milícias particulares, não era algo nada excepcional, sendo esta uma prática comum a diferentes épocas e lugares; prática esta que também foi levada para as Américas portuguesa e espanhola⁹. Em relação à América portuguesa alguns autores têm demonstrado que era relativamente comum que senhores armassem seus escravos

⁷ DAVIS, David B. Introduction. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006. p. 1.

⁸ *Idem*, p. 2.

⁹ Neste sentido ver a coletânea de artigos do livro de BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. Yale University Press, New Have & London, 2006.

no Brasil colonial, desde o século XVI até o século XIX, em diferentes paragens. A respeito disso Carlos Lima destaca como que no período colonial a Coroa Lusa tirava partido da capacidade dos senhores de mobilizar a “guerra escrava”. Na verdade, segundo este autor, havia uma aliança entre Coroa e senhores para que a primeira recorresse à mobilização de escravos para a defesa do território colonial, ancorada na capacidade senhorial de instrumentalizar os seus cativos. Neste sentido, assinala como era coisa eminentemente normal o escravo andar sozinho e armado, até porque muitos eram usualmente envolvidos nos conflitos pessoais de seus senhores, o que para autor foi uma característica ou paradigma da governação ilustrada na América Portuguesa¹⁰.

Hendrik Kraay, outro estudioso do tema, também observou que a armação dos escravos pelos seus próprios donos se tornou rotina nas fronteiras sem lei e durante o período do *boom* da mineração em Minas Gerais. Na verdade, para os escravos o serviço militar, “formal” ou pessoal, ofereceu uma bem vinda válvula de escape contra a miséria e a degradação do trabalho nas *plantations*. A esperança de uma promessa de liberdade juntamente com uma mudança de *status* daí advinda poderia trazer a possibilidade de mobilidade, dignidade e prestígio¹¹.

Eduardo França Paiva também destaca que escravos armados, apesar de ter sido algo que as autoridades coloniais temiam fortemente e proibiam, sempre fora uma situação comum na América Portuguesa. Para o caso de Minas Gerais assinala que durante as primeiras décadas de ocupação das terras mineradoras isso se repetiu com frequência, não deixando de fomentar violências e desmandos da parte dos proprietários que haviam montado suas milícias escravas e por parte dos próprios escravos armados. Segundo o autor, até mesmo a Coroa acabou incorporando tal prática, montando tropas de escravos armados e, também, os convocando entre os proprietários leais ao governo¹². Essas dimensões, na verdade, se misturavam no cotidiano das áreas de mineração e de comércio, assim como nos caminhos das Minas Gerais, durante as

¹⁰ LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*, nº. 18, p. 131-152, junho 2002. p. 149.

¹¹ KRAAY, Hendrik. Arming slaves in Brazil from the seventeenth century to the nineteenth century. In: BROWN, Christopher Leslie and MORGAN, Philip D. (Orgs.). *Arming slaves: from classical times to the modern age*. *Op. cit.*, p. 146-179.

¹² PAIVA, Eduardo França. De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 118.

primeiras décadas de ocupação¹³, pois o uso de negros e suas técnicas militares eram essenciais em muitas tarefas administrativas/militares.

Para ilustrar o que acabamos de mencionar destaque o caso de Bento Ferraz Lima, exemplo de potentado extremamente útil a Coroa. Capitão-mor de Catas Altas, era homem de muitas posses, minerador e senhor de engenho. No registro produzido em 1725 para a cobrança dos quintos reais (imposto de 20% sobre a produção aurífera) este potentado aparece como proprietário de 113 escravos¹⁴. Um plantel tão grande e as atividades que desempenhava denotam a força econômica e política que ele possuía, e que lhe permitiria continuar se movimentando nas teias sociais que permeavam seu cotidiano, se aproveitando dos recursos de que dispunha nesta sociedade para adquirir mais prestígio e aumentar sua posição de comando.

De fato Bento Ferraz apoiou a Coroa em diversos momentos de perigo e perturbação da ordem, fornecendo-lhe negros armados, camaradas e “considerável fazenda”¹⁵. Em 1718 na sublevação causada pelo coronel João Barreiros e pelo Juiz de Cayeté “por juntarem armas e perturbarem os povos do distrito, ajudara, por ordem do Conde de Assumar, **com vinte escravos seus armados**, dando calor à prisão e conduzindo os presos com toda a segurança”¹⁶. Auxiliara ainda o governador de Minas, André de Mello e Castro, em uma marcha para o morro do Carassa para atacar quilombos “de onde saíam continuamente negros a fazer brutalidades **no que dispenseo sua fazenda considerável parte por levar escravos armados**”. Da mesma forma ajudara a reprimir os motins de Pitangui “mandando, por ordem do Conde de Assumar, ir para aquela vila **vários escravos armados** com hú homem branco que lá estiverão dois meses the ficar o paiz na devida obediência”¹⁷. E por último atuou no combate ao levante de Vila Rica “vindo prontamente de sua casa por ordem do governador a

¹³ *Idem*, p. 11.

¹⁴ Lista de registro para cobrança dos quintos reais de 1725. Arquivo da Câmara de Mariana, códice 150.

¹⁵ ANASTASIA, Carla. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 100.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom/cx.: 29; doc.: 77.

¹⁷ *Idem*.

incorporar-se com elle **marchando em sua companhia para Vila Rica com muitos escravos armados** onde lhe assistio, the se extinguir a rebelião”¹⁸.

Como um dos primeiros povoadores das Minas, Bento Ferraz Lima atuou sistematicamente na *conquista* da terra, neste caso em combate a levantes e conflitos internos da capitania, acompanhado de seus negros armados, a fim de angariar mercês e reconhecimento social. Exemplos como este denota como eram diversas as situações nas quais se esperava que cativos empunhassem armas a favor de seus senhores, indicando, de certa forma, como se dava a mobilização de escravos para a defesa das *conquistas*¹⁹. Como visto, foram freqüentes as vezes em que este potentado foi a confrontos acompanhado de seus escravos armados, o que nos informa sobre possíveis práticas de negociações. Portanto, para além do genocídio e do cativeiro, não há de se estranhar a existência de reciprocidades entre estes potentados e seus cativos²⁰.

Outro exemplo é o de Manuel Jorge Coelho, também dos primeiros descobridores e povoadores das Minas Gerais. Eleito capitão-mor de Catas Altas em 1718, encontramos relato de pelo menos duas diligências em que levava seus escravos como braço armado. No ano de 1720:

*Tendo-se notícias que no mato do Carassa havia um quilombo de negros fugidos donde fazião muitos roubos e mortes aos passageiros lhe ordenou o governador Conde de Assumar que fosse com os moradores do seo districto a castigar os ditos negros o que executou com muito acerto, **sustentando a gente que levou em sua companhia e o seus escravos armados a suas custas todo o tempo que durou a dita diligência***²¹.

No mesmo ano, foi novamente chamado pelo Conde de Assumar a uma junta que este realizara para acabar com as desordens ocorridas em decorrência das novas arrecadações do quinto que naquele ano estavam sendo postas em prática, motim que ficou conhecido como revolta de Vila Rica. Nesta ocasião “foi acudir ao governador e castigar a enormidade de tão grave dellito **e o dito acompanhou o governador com bastante homens brancos armados e os seus escravos sustentado tudo a sua custa**”²².

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Op. cit.*, p. 137.

²⁰ FRAGOSO João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 15, p. 11-35, 2003. p. 17.

²¹ AHU/MG/cx.: 16; doc.: 3. Grifo meu.

²² *Idem*, grifo meu.

Relatos como estes denotam indiretamente que a violência e o castigo não eram os únicos meios de se conseguir “subordinação” de um escravo. Consideramos que a imposição da autoridade do senhor não era dada exclusivamente pela força, mas também através de negociações e concessões que ajudavam no reconhecimento de sua legitimidade. O suposto aqui defendido é que seria muito contraditório armar um escravo e confiar que ele não se voltaria contra o senhor se ele fosse tratado apenas com violência e coerção. As relações entre senhor e escravo, ainda que tenham por fundamento a violência e a opressão de um ser humano sobre outro, têm necessariamente de estar pautada em uma ligação de confiança em casos como os que venho analisando neste trabalho; confiança esta adquirida por meio de reciprocidades e negociações.

Desta maneira, os exemplos mostram que muito das relações entre senhores e escravos eram feitas de uma ética baseada em laços pessoais. Do ponto de vista do escravo, o senhor era aquele que lhe informava sê-lo. Em outros termos, era de suma importância no relacionamento senhor-escravo a figura do *senhor* enquanto indivíduo posicionado para a interação, e não apenas a sua condição senhorial²³. Ou seja, o fundamental nessa relação era a postura pessoal do senhor com seus cativos, ou mesmo dos seus intermediários com os mesmos. O respeito e a legitimidade perante seus escravos era então construída, e também exigida, sobretudo na interação entre ambos. Não era algo dado, mas conquistado. Se assim não o fosse seria muito difícil explicar a possibilidade dos escravos de Bento Ferraz Lima e Manuel Jorge Coelho portarem armas. A postura desses potentados indica que os mesmos não temiam que alguns de seus cativos armados se revoltassem contra eles. Não podemos nos esquecer que estes confrontos poderiam se tornar momentos propícios para subversão dos negros, principalmente se levarmos em conta que estes estavam armados. Assim, o fato de senhores armarem seus escravos deve ser visto como resultado de uma relação de interdependência bem sucedida entre ambos, sendo esse um bom índice para medir o “sucesso” das negociações entre eles²⁴. Portanto, o fato dos escravos lutarem ao lado de

²³ LIMA, Carlos C. *Pequenos Patriarcas*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro, 1997. p. 316-317. Apud: FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 249.

²⁴ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos. *Op. cit.*, p. 20.

seus senhores indica a presença de reciprocidades entre tais grupos, inclusive com ganhos recíprocos, o que garantia a reprodução de uma determinada estratificação social²⁵.

Mas em que se traduziriam as negociações e reciprocidades entre senhores e escravos no período focado? O que mediaría tais práticas entre os dois grupos em questão? Em outros termos, se estes “leais súditos” prestavam variados serviços ao Rei à custa de seus negros armados, não é incorreto dizer que a “subordinação” destes negros não podia ser feita apenas pela via coerção, armas e castigos. Tal “subordinação” envolvia também negociações e reciprocidades²⁶, ou, como bem destacou Carlos Lima, deve ter envolvido algo centrado na possibilidade de barganhar as condições do cativo²⁷.

Negociações e reciprocidades entre senhores e seus escravos: indícios e possibilidades

Com tudo que foi dito até agora talvez possamos argumentar que entre seres humanos não há controles absolutos e coisificações de pessoas, e que nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que possa haver um grande desequilíbrio de forças entre os dois lados²⁸. Nesta discussão, podemos recorrer, por um lado, a historiografia revisionista sobre escravidão e, por outro, aos recentes trabalhos sobre política e administração no Brasil colonial.

Recentemente a historiadora Sílvia Lara destacou a importância de se fazer uma aproximação entre os estudos da escravidão e aqueles do período colonial, indagando

²⁵ Neste sentido ver: FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, vol. 5, p. 41-70, 2002, p. 48-49.

²⁶ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 58.

²⁷ LIMA, Carlos A. M. Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Op. cit.*, p. 139.

²⁸ BICALHO, Maria Fernanda. Pacto colonial, autoridades negociadas e o Império Ultramarino Português. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 98.

sobre o modo como a escravidão e o Antigo Regime estiveram ligados e conviveram na América Portuguesa²⁹. Segundo a autora:

Precisamos ir além das relações entre nobreza e rei, entre cabeça e membros do corpo político, para lidar também com aqueles que eram considerados excluídos da política, (...) principalmente se levarmos em conta que a maior parte da população do período colonial era constituída de africanos e seus descendentes³⁰.

Neste viés, cabe sublinhar que pelo menos desde a década de 1970 e de 1980 – notadamente no que concerne à América do Norte e ao Brasil, respectivamente – a historiografia da escravidão vem revisando alguns dos estereótipos até então aceitos para o escravo (rebelde, submisso e coisificado). Os pesquisadores que se voltaram para tal temática procuraram inseri-los como agentes históricos em suas análises. Assim sendo, muitos estudiosos brasileiros e brasilianistas, procuraram recuperar a subjetividade escrava, ou seja, reconhecer a historicidade e individualidade destes agentes através do estudo da criminalidade cativa, de suas relações familiares (fictícias ou não), das manifestações religiosas, da resistência escrava (em especial a formação de quilombos) e da busca pela manumissão³¹.

²⁹ LARA, Sílvia Hunold. Conectando historiografias: escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 37-38.

³⁰ *Idem*, p. 34-36.

³¹ Para exemplos da historiografia norte-americana ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. SCOTT, Rebeca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre – 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Para exemplos da historiografia brasileira na década de 80 ver: LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Para exemplos da década de 90 ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Em outros termos, a violência do senhor convivia com outros mecanismos compensatórios para aliviar a tensão que ela própria exercia sobre o cativo. Neste sentido, pode-se argumentar, como já mencionado, que o exercício da autoridade sobre o cativo era, muitas vezes, de natureza pessoal³². Destas relações pessoais emergiam, por um lado, as condições necessárias para a construção de referências que permitissem a caracterização de um senhor “legítimo” perante seus escravos, a ponto de armá-los sem temores de retaliações; e por outro, faziam surgir espaços sociais de ação dos escravos³³ que ordenavam as relações e tornavam o viver menos difícil e sofrido³⁴. Dentre estes vários mecanismos utilizados destaca-se o estabelecimento de famílias escravas nos plantéis desses senhores.

Desde pelo menos a década de 1970 muitos autores têm chamando atenção para a relativa incidência de vida familiar entre os cativos³⁵. Desde trabalhos pioneiros que detectaram a presença de famílias cativas nos plantéis, passando por estudos que analisaram o comportamento dos cativos frente ao casamento, que ampliaram a definição de família, pensada em termos de convívio familiar e comunidade escrava, começou-se a pensar a família escrava como um elemento estrutural da escravidão brasileira, e não como uma exceção. Para além disso, outros estudos têm buscado avançar no entendimento da constituição de famílias por parte dos cativos, pensando tal elemento em uma perspectiva política³⁶.

Nesse sentido temos o estudo de José Roberto Góes e Manolo Florentino. Estes autores analisando os plantéis no Rio de Janeiro entre os anos de 1790 a 1850 destacaram que a formação de famílias podia trazer ganhos tanto para senhores quanto

³² FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. *Op. cit.*, p. 249.

³³ ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. *Op. cit.*, p. 189.

³⁴ FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. *Op. cit.*, p. 350.

³⁵ Para o século XVIII ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. *Op. cit.* Para o século XIX ver: GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993; GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas*. *Op. cit.*; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

³⁶ BOTELHO, Tarcísio. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia F. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. *Op. cit.*, p. 196.

para os escravos³⁷. Assim, para o senhor, a capacidade dos escravos de constituir família, tanto dentro quanto fora do casamento, servia a seus interesses na medida em que proporcionava certa sensação de estabilidade social e paz, pois só criando escravos com compromissos entre si os senhores poderiam garantir a “paz” nas senzalas. Já para os cativos a formação de famílias constituía-se em estratégia para fazer aliados. Por meio do casamento e batismo eles estreitavam laços que nas difíceis condições da escravidão transformavam-se em laços de aliança e solidariedade³⁸. Desta forma, os autores entendem o estabelecimento de arranjos familiares por parte dos cativos como um ato de natureza política, tanto para o senhor quanto para o escravo³⁹.

Carlos Engemann também destacou o grande peso que a família adquiria no fortalecimento da comunidade escrava (entendida por ele como grandes plantéis que compartilham mito, rito e parentesco). Segundo o referido autor a produção de parentes pode ser considerada uma estratégia dos escravos para fortalecer o grupo na medida em que através da formação de famílias se perpetuariam no tempo e produziriam aliados⁴⁰.

Os estudos citados alertam sobre a existência de acordos, negociações e reciprocidades na relação senhor/escravo, denotando que o sistema escravista se sustentava também sobre uma base de conciliação. Não se põe em dúvida à existência da violência, como o provam as rebeliões e fugas em geral. Mas de igual modo não se fie que estes eram os únicos mecanismos de interação entre cativos e senhores⁴¹. Para além disso, consideramos a referida historiografia fundamental para aventar hipóteses sobre os conteúdos negociados nas redes de dependências recíprocas tecidas entre *principais* ou poderosos da localidade e escravos na região e período enfocados.

Em outros termos, estas barganhas, que possibilitavam ao senhor uma confiança tal em seu escravo a ponto de armá-lo, poderiam se traduzir em famílias escravas estáveis nos plantéis; em terrenos e equipamentos cedidos pelos senhores; em alforrias; em redes parentais fictícias⁴²; em melhoras nas circunstâncias de vida evidenciadas pelo

³⁷ GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas*. *Op. cit.*

³⁸ *Idem*, p. 175.

³⁹ *Ibidem*, p. 31 a 37.

⁴⁰ ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. *Op. cit.*, p. 182.

⁴¹ *Idem*, p. 201.

⁴² FRAGOSO, João. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda

aumento da expectativa de vida, do bem-estar material, em funções desempenhadas pelos escravos, moradia, melhores condições de trabalho e saúde, etc.

Em estudo recente sobre o tema J. Fragoso destaca que estes fenômenos podem ser interpretados de diversos modos: conquista dos escravos retiradas de seus donos, estratégias senhoriais para evitar problemas nas senzalas; recompensa senhorial pela subserviência de frações da população cativa, etc. Contudo, seja qual for a razão alegada, o fato era a presença destes fenômenos no cotidiano escravista⁴³.

Vejamos então, através de alguns exemplos, como tais indícios se configuravam nas relações destes cativos com o grupo analisado. O já mencionado capitão-mor Manuel Jorge Coelho, dos primeiros descobridores e povoadores das Minas Gerais, que em 1720 levava em duas diligências escravos como braço armado, era também um grande proprietário de cativos. No final de sua vida, seu plantel, segundo registro de seu inventário de 1733, contava com 79 cabeças, tendo uma fortuna avaliada em 2:504\$135 réis⁴⁴. Contudo desde pelo menos 1725, segundo consta em uma lista de escravos para cobrança de quintos sobre a produção de ouro, já possuía um grande plantel composto por 76 cativos⁴⁵.

Analisando o inventário de Manuel Jorge Coelho observamos mais de perto as possibilidades de interações pautadas na negociação e reciprocidade dele com seus escravos que, muito provavelmente, permitiram sua utilização como braço armado sem preocupações, ao menos graves, de retaliações. Além disso, permitiram também sua caracterização como um senhor legítimo, isto é, como alguém cuja autoridade não se baseava unicamente no uso da força contra o escravo, mas como alguém que tinha sua autoridade e superioridade reconhecida através de mecanismos advindos do estabelecimento de relações pessoais com os mesmos.

Do total de seus 79 escravos, 56 eram homens e 23 eram mulheres. Entre os homens 42 eram africanos e entre as mulheres, 10. Assim, a proporção homem/mulher ficava na razão de 2,43 para 1. Das mulheres arroladas no plantel, 13 eram casadas,

Soares da (Orgs.). *Optima Pars* – elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 137.

⁴³ *Idem*, p. 137.

⁴⁴ Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Jorge Coelho. Códice 15, auto 448, (1733).

⁴⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Códice 166. Apud: BOTELHO, Tarcísio. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. *Op. cit.*, p. 215.

sendo todas as uniões sancionadas pela igreja. Neste plantel havia ao todo 13 arranjos familiares onde 39 cativos, ou seja 49,37%, se uniam por relações de parentesco⁴⁶.

Este retrato se difere bastante da constituição de seu plantel em 1725, período em que possuía 76 cativos, dos quais 57 eram homens africanos e 7 nascidos no Brasil. Entre as mulheres, que totalizavam 12, apenas uma era crioula. Havia assim 5,33 homens para cada mulher. Das mulheres mostradas em uma lista dos quintos reais cinco eram casadas e pelo menos 3 tinham relações informais, fato observado pelo batismo de seus filhos no período observado⁴⁷. Percebe-se assim que Manuel Jorge Coelho foi ampliando as possibilidades dos cativos constituírem famílias em seu plantel, o que provavelmente foi ajudado pela queda no desequilíbrio sexual, que possibilitaria maior estabilidade para a integração dos cativos. Tal constatação pode ser encarada como uma estratégia desse senhor para maximizar seus ganhos, ao utilizar dos recursos que possuía no intuito de propiciar maiores “facilidades” para o estabelecimento de famílias em seu plantel, a fim de tirar a maior vantagem possível nestas relações. Neste caso, ter a possibilidade de armar seus escravos e formar uma milícia particular para atuar com ele em suas diligências na busca de prestígio e distinção para exercer o seu mando.

Talvez possamos reforçar este argumento olhando mais de perto a formação destas famílias escravas relacionando o retrato encontrado no inventário em 1733 com o período de 1720, ano em que encontramos relatos da atuação de Manoel Jorge Coelho com exércitos privados de escravos⁴⁸. Dos 56 homens de seu plantel 41 estavam em idade produtiva (18 a 40 anos) no período de 1720. Dentre estes escravos homens em idade produtiva no ano de 1720, 12 aparecem como possuidores de uma família no período da morte de Manuel Jorge Coelho. A relevância do fato reside na constatação de que, pelo menos teoricamente, seriam estes escravos homens na referida faixa etária que poderiam ser “recrutados” para acompanharem seus senhores como braço armado. Vejamos um exemplo.

No dia 24 de junho de 1730 era celebrado na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, freguesia de Cachoeira do Campo, o matrimônio de Antonio e Joanna, escravos

⁴⁶ CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Jorge Coelho. Códice 15, auto 448, (1733).

⁴⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Códice 166. Apud: BOTELHO, Tarcísio. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. *Op. cit.*, p. 215.

⁴⁸ Ver: AHU/MG/cx.: 16; doc.: 3.

de Manuel Jorge Coelho⁴⁹. Antonio e Joanna eram naturais da África, ele classificado com a etnia Benguela e ela com a etnia Congo, e a idade estimada ao se casarem seria de 35 anos para o marido e 33 para a mulher. Antonio era oficial de caldeireiro, ou seja, trabalhava com recipientes de ferro que aqueciam água ou produziam calor que era parte integrante do conjunto de vasilhas de cobre pertencentes a engenhos de canas. Neste sentido certamente trabalhava no engenho de cana que Manuel Jorge Coelho possuía. A união desse casal cativo foi longa e estável, fato constatado pela idade e quantidade de filhos do casal. Ao serem arrolados os escravos no inventário de Manuel Jorge Coelho constava que a idade do filho mais velho de Antonio e Joanna era de 15 anos, o que denota que eles viviam juntos ilicitamente a muitos anos, união que depois acabou sendo selada com o sagrado matrimônio. Tiveram ainda um enlace profícuo em relação à prole visto que tiveram 5 filhos: Gervásio com 15 anos, Bernarda com 10 anos, Antônio com 7 anos, Faustino com 5 anos e Geraldo com 2 anos⁵⁰. Como se vê a família de Antonio e Joanna pode ser considerada uma bem sucedida família escrava devido sua estabilidade, duração longa da união e prole numerosa. Mesmo que a trajetória familiar destes 2 cativos encontrados no plantel de Manuel Jorge Coelho possa não ter sido a regra entre os escravos da região abarcada pela pesquisa, podemos dizer que a família escrava garantiu espaço para se efetivar nas condições duras da mineração.

Em 1720 Antonio estava com 25 anos e muito provavelmente acompanhou o dito potestado em suas diligências para ajudar no ataque ao quilombo do Caraça e na contenção do levante de Vila Rica⁵¹. Como constatado pela idade de seu filho mais velho, ele vivia em união marital ilícita desde pelos menos seus 23 anos com uma escrava do plantel. Este talvez pode ter sido um forte mecanismo que Manuel Jorge Coelho possuía para negociar com este cativo, e este pode ter se utilizado desta oportunidade para manter sua ainda incipiente família unida, no que, como visto, foi muito bem sucedido.

Se no período de 1725, devido ao relativo desequilíbrio sexual, poderíamos pensar em uma lógica de formação de famílias neste plantel comandada pelo senhor, na qual ele distribuiria suas mulheres como recompensa aos cativos, como afirma Tarcísio

⁴⁹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Casamentos F-26, p. 26.

⁵⁰ Casa Setecentista de Mariana, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Jorge Coelho. Códice 15, auto 448, (1733).

⁵¹ Ver: AHU/MG/cx.: 16; doc.: 3.

Botelho, posteriormente aos cativos de Manuel Jorge Coelho foram se abrindo maiores possibilidades de constituição de famílias estáveis, mesmo no universo duro da mineração, ocorrendo inclusive uma maior difusão do casamento oficial entre a escravidão⁵². Desta forma, como destaca Engemann, pode-se argumentar que o tempo, bem como um nível populacional estável eram fundamentais para que as alianças pudessem se multiplicar⁵³. Mais do que o aumento demográfico no plantel, os ganhos que estas famílias cativas podiam trazer para os senhores se encontram, como já indicado, na esfera da política. Tais fenômenos cumpriam assim uma função social específica: a aquisição da legitimidade por parte dos senhores como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando.

Outro exemplo que reforça o que acabamos de dizer surge quando analisamos o caso do capitão-mor Pedro Frazão de Brito. Natural de São Paulo firmou-se como um dos primeiros povoadores na Zona do Carmo, ganhando ali em 02 de outubro de 1704 uma sesmaria, tornando-se um dos maiores potentados paulistas da região⁵⁴. Como conquistador e primeiro povoador das Minas, Pedro Frazão foi alçado à posição de mandatário da sociedade, compartilhando com a Coroa o poder da *Republica*, poder este que estava ligado a ocupação de postos na Câmara e/ou em outros locais de comando, tais como o de capitão-mor⁵⁵. De fato, além de capitão-mor, tornou-se o primeiro juiz ordinário da Câmara do Ribeirão do Carmo quando de sua elevação à vila, e posteriormente, eleito primeiro presidente da mesma⁵⁶. O registro do inventário de seus bens, datado de 1722, denota que além de homem de qualidade social destacada, fora também abastado⁵⁷. Além de minerador, atuara como comerciante de gado. Tornou-se assim homem muito rico e grande senhor de escravos, possuindo um plantel composto

⁵² *Idem.*

⁵³ ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. *Op. cit.*, p. 183

⁵⁴ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989. p. 87-88.

⁵⁵ FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005. p. 52.

⁵⁶ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. *Op. cit.*, p. 87-88 e CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Pedro Frazão de Brito. Códice 132, auto 2658, (1722).

⁵⁷ CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Pedro Frazão de Brito. Códice 132, auto 2658, (1722).

por 55 cabeças⁵⁸. Dos 55 escravos listados em seu inventário, havia 36 homens, dos quais 21 eram africanos e 19 mulheres, das quais 5 eram africanas, ou seja, havia uma proporção de 1,89 homens para cada mulher. Dos cativos existentes neste plantel, 27, ou seja 49,09%, estavam unidos por relações de parentesco. Ao analisarmos a formação das famílias escravas deste plantel observamos que havia ao todo 8 arranjos familiares organizados das mais variadas formas: pai, mãe e filhos, mãe e filhos, marido e mulher⁵⁹. Alguns casais arrolados tinham mais de três filhos, o que denota estabilidade nas uniões parentais⁶⁰ e, portanto, a qualidade das relações interpessoais que se podia estabelecer entre um senhor e seus cativos.

Pode-se dizer que a presença de famílias de cativos neste plantel poderia fazer parte de uma estratégia de Pedro Frazão de Brito para que este conseguisse certa legitimidade perante sua escravaria, na medida em que tais fenômenos, por fazerem parte dos anseios dos cativos, poderiam ser utilizados para validar posições sociais⁶¹.

Assim, possibilidades de interação onde ambas as partes saíam ganhando (os escravos, suas famílias e os senhores, alguns “soldados”), se constituía num momento essencial para a construção da legitimidade do potentado; um mecanismo que viabilizava sua autoridade. De fato, para que estes poderosos locais exercessem sua autoridade, eles necessitavam do “consentimento” da sociedade e neste momento, as negociações e reciprocidades com estratos subalternos – além daquelas com a elite – assumiam papel fundamental⁶². Muito provavelmente era através de mecanismos como o citado acima que Pedro Frazão de Brito conseguia estabelecer relações de dependências recíprocas com seus cativos, ou seja, estabelecia as condições necessárias para utilizar os mesmos como milícia em suas diligências para busca e manutenção de sua autoridade.

Consideramos portanto que senhores e escravos deveriam sair ganhando nas relações sociais mantidas em momentos de interação, ou seja, ambas as partes

⁵⁸ CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de Pedro Frazão de Brito. Códice 132, auto 2658, (1722).

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ Neste mesmo sentido ver: FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). *Op. cit.*, p. 106.

⁶¹ Ver: FRAGOSO, João. *À Espera das frotas*. *Op. cit.*, cap. 2.

⁶² FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial. *Op. cit.*, p. 58-60.

maximizam ganhos, pois se leva em conta que as expectativas dos atores que estão interagindo são diferentes. Deste modo, as estratégias e recursos usados pelos variados segmentos da sociedade no sentido de maximizar ganhos devem ser entendidas a partir de suas visões de mundo, de uma cultura que é própria a cada um destes setores e do desempenho de certos papéis sociais. Ao estarem posicionados para “o jogo social”, os atores têm diferentes intenções ao agirem, o que não anula o fato de que ambos podem tirar proveito de uma determinada situação⁶³.

Vale lembrar que a geografia parental é também política. Como já mencionado nela estariam presentes as práticas de legitimidade e de mando de indivíduos como Manuel Jorge Coelho e Pedro Frazão de Brito assim como os interesses pretendidos pelos escravos⁶⁴. Em outros termos, para o senhor tal fenômeno era forma de amenizar os medos e tensões do cativo e conseguir legitimidade perante seus cativos, para que pudessem se dispor dos mesmos na formação de “exércitos privados” para suas diligências enquanto poderosos locais. Tal fenômeno era portanto canal vital de reciprocidade para que conseguissem o apoio necessário (traduzido em braços armados) na sua constante movimentação para “mandar”, ascender socialmente e aí se manter. Do ponto de vista do escravo, dentre outras coisas, a possibilidade de constituir uma família era significativa e vista como um enorme ganho, pois através disso podiam conseguir uma ascensão social intracativeiro, estabelecer alianças e conexões de amizades⁶⁵. Mesmo em um universo onde se relata a dureza do trabalho nas minas e elevado nível de exploração, os escravos conseguiram ou procuraram “acomodar-se” a sua nova realidade com intuito de tornar menos penosa suas condições de vida.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.

⁶³BARTH, Fredrik. Models of social organization II: Processes of integration in culture. In: *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. p. 50-52.

⁶⁴FRAGOSO, João. *À Espera das frotas*. *Op. cit.*, p. 117.

⁶⁵ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. *Op. cit.*, p. 203.

BICALHO, Maria Fernanda. “Elites coloniais: a *nobreza da terra* e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

BENNETT, Herman L. *Africans in Colonial México*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

CAMPOS, Maria verônica. *Governo de Mineiros*. De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. Tese de Doutorado.

DANIELS, Christine & KENNEDY, Michael V. *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London: Routledge, 2003.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Carlos Engemann. “Da comunidade escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX”. In: Manolo Florentino (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas; famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 1, 2000.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 15, 2003.

_____. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1989.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio M. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian, 1982.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

KARASCH, Mary. "The Periphery of the periphery? Vila Boa de Goiás, 1780-1835". In: DANIELS, Christine & KENNEDY, Michael V. *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London: Routledge, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. Milícias negras e culturas Afro-brasileiras: Minas Gerais, Brasil, século XVIII. (www.fafich.ufmg.br/pae/index_arquivos/page_0019.html).

PINHEIRO, Cláudio C. No Governo dos Mundos: escravidão contextos coloniais e administração de populações. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº. 3, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.